

LILIAN SABACK

COMUNIDADES AUDIOVISUAIS

A comunicação produzida por jovens moradores de favela



Mauad X

© Editora PUC-Rio
Rua Marquês de S. Vicente, 225
Projeto Comunicar – casa Agência/Editora
22451-900 | Gávea – Rio de Janeiro, RJ
Telefax: (21)3527-1760/1838
edpucrio@puc-rio.br
www.puc-rio.br/editorapucrio

© Mauad Editora Ltda.
Rua Joaquim Silva, 98, 5º andar, Lapa,
RJ – 20241-110
Telefone: (21) 3479-7422
mauad@mauad.com.br
www.mauad.com.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida por quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita das Editoras.

Conselho editorial PUC-Rio

Augusto Sampaio
Cesar Romero Jacob
Fernando Sá
José Ricardo Bergmann
Júlio Diniz
Luiz Alencar Reis da Silva Mello
Luiz Roberto Cunha
Miguel Pereira
Sergio Bruni

Revisão

Mauad X

Foto da Capa

Sérgio Moraes - “O Asfalto e a Favela

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

S117c

Saback, Lilian, 1964-

Comunidades audiovisuais : a comunicação produzida por jovens moradores de favela / Lilian Saback. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Mauad X : PUC- Rio, 2018.

224 p. : il. ; 15,5 x 23,0 cm.

Inclui bibliografia e índice

ISBN (Mauad) 978-85-7478-939-2

ISBN (PUC-Rio) 978-85-8006-246-5

1. Comunicação - Aspectos sociais. 2. Jornalismo. 3. Comunidades - Desenvolvimento.

I. Título.

18-48670

CDD: 070

CDU: 070(8)

Leandra Felix da Cruz - Bibliotecária - CRB-7/6135

Para Serginho, Pedro, Lulu
e mamãe (*in memoriam*).



Sumário

Algumas palavras a propósito do que se vai ler	9
Introdução	13
Parte 1 — O uso do audiovisual como narrativa inclusiva	33
1 ■ A linguagem da comunidade	35
2 ■ Os múltiplos olhares sobre a favela no audiovisual comunitário	43
3 ■ Visibilidade Comunitária	55
4 ■ Os sujeitos heterotópicos	69
5 ■ Agora por nós mesmos	83
Parte 2 — A favela e o jornalismo audiovisual	97
6 ■ O cidadão comum e o jornalismo	99
7 ■ Parceiro do RJ — O projeto	113
8 ■ Parceiro do RJ 2013	127
9 ■ Modo parceiro de fazer telejornalismo	147
10 ■ Visibilidade na busca por melhorias	157
11 ■ Os três pilares do telejornalismo parceiro	171
12 ■ Representantes ou não da favela?	191
13 ■ Oportunismo, maleabilidade e resultados imediatos	201
Bibliografia	210
Filmografia	221
Agradecimentos	223



Algumas palavras a propósito do que se vai ler

Quando lemos o título *Comunidades audiovisuais: a comunicação produzida por jovens moradores de favelas*, o que é mesmo que estaríamos a entender? Lilian Saback, com a expressão, parece adiantar o que se obterá com a leitura do texto: a observação de lugares que irrompem contra a verticalidade na produção do audiovisual, no contexto contemporâneo de mudanças vertiginosas na comunicação. Potencializa, por outro lado, a interação de pessoas concretas, ao situá-las socialmente a partir de uma demarcação territorial. Aponta para indivíduos em pequenos grupos de formalização precária, constituídos em arranjos temporários, às vezes ditos “parcerias” com instituições hegemônicas e que emergem como portadores de uma ficção de autonomia e com um discurso da visibilidade.

Estes jovens, ao usarem as novas tecnologias para articular as experiências conflitantes de produtor e de espectador que, de fato, vivenciam no cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, produziriam uma comunicação audiovisual própria, ensaiariam um processo de gestação daquilo que seria uma identidade restauradora e um compartilhamento mais enraizado de representações por eles creditadas como confiáveis.

Eles são inteligentes, bem articulados e vivem em condições insuficientes, mas não se submetem, não são apáticos, lutam pelo reconhecimento da sua contribuição ao mundo das imagens. Neste momento da observação realizada pela autora, seguramente, não são nem céticos nem desencantados com a ascensão realizada na cadeia de produção do audiovisual; ao contrário, movimentam-se e agem com ousadia.

Apresentados em seus próprios desígnios e motivações, como em estado de alta ebulição que funde rígidas demarcações, comunicam-se vivamente entre si via Facebook, Skype, SMS, celular e querem se capacitar para funcionar no mercado profissional de comunicação existente. Não necessariamente afinados por uma explícita ideologia emancipatória de classe, são vozes individuais, algumas vezes unidas em coletivo, apresentando demandas de participação e procurando a conciliação com as imagens impostas pela mídia hegemônica.

Elementos sintomáticos de uma mudança maior existente na sociedade são estas investidas observadas no livro, antes de tudo, fenômenos de superfície que expressam uma situação cultural contemporânea relacionada às condições sociais e econômicas de fundo. São, ao mesmo tempo, causa e consequência de um momento de concentração de políticas públicas destinadas à cultura, com forte direcionamento à inclusão e ao reconhecimento da diversidade, que revolveram acentuadamente o país durante 13 anos.

Não são fenômenos, entretanto, passíveis de enquadramento imediato a prévios modelos de interpretação. Ao se reconhecerem os esforços particulares de resistência às práticas segregadoras e homogeneizantes, são observadas vozes multifacetadas, às vezes contraditórias, polissêmicas em sua constituição e em perene processo de mutação. A autora acentua sobre o que observa: “A favela como uma junção de indivíduos que têm os mesmos credos, as mesmas ambições é irreal”.

Questões várias afloram na leitura do texto, algumas mais desenvolvidas, como a noção de comunidade, e outras sugeridas, algumas vezes sugerionadas, como a da constituição da identidade, da ideologia, da diversidade e da identificação das particularidades dos usos das técnicas de comunicação.

Como podem o conhecimento e a pesquisa universitária respeitar a diversidade e manter salvaguardada a univocidade do que acreditam ser uma busca primordial – a formação da competência e o reconhecimento das demandas do mercado profissional? Este trabalho pode ser uma resposta inicial, o mundo passa por transformações e não temos domínio sobre elas, os jovens “vão comendo pelas beiradas”, diz a autora, apropriam-se das brechas, usam a política da traquinagem e da arte de bricolagem nas suas maneiras de fazer.

A observação da autora enfeixa uma série de contribuições teóricas e cria atalhos ao referir-se a noções conceituais complementares. O termo comunidade é tomado como o fio condutor da discussão, apreciado no texto em uma rápida revisão histórica. Menções são feitas a Durkheim, a Marx e a Tönnies, expoentes no final do século XIX de um pensamento restaurador, sucedâneo à irrupção e desorganização das massas em seguida à revolução industrial. Revisa as noções, em parte, para facilitar os entendimentos do leitor sobre o individualismo e a vida social em relação às consequências da revolução tecnológica contemporânea.

Assim, da sugestão de homogeneidade, de vida em comum, do compartilhamento de valores sempre ameaçados que já levava à sistematização do conceito sociológico, propõe ressaltar: “A partir de 1980, uma corrente eu-

ropeia de pensadores desloca o vínculo do debate, até então ancorado na substância comum, para o nada em comum da existência humana”.

Como os indivíduos são usuários das técnicas e das instituições em um contexto de relações existentes antes, durante e depois da vida deles próprios, uma espécie de comunidade imaginária emerge da possibilidade de apropriação, da inflexão de uma linguagem e da construção de uma fala horizontal, na interface dos códigos preexistentes. A possibilidade de apropriações, sempre presente, sustenta a ficção de fala própria amparada na disseminação e uso das tecnologias digitais. Dá-se, assim, uma comunicação que pretende ser “feita de morador para morador”.

Na expressão da autora, isso particularizaria uma narrativa inclusiva “que dialoga com a técnica” preconizada pelas instituições hegemônicas, sem perder “a essência da realidade onde vivem” os seus produtores. Sua apreciação vai ao encontro da observação sobre identidade do homem contemporâneo de autores como Ricardo Forster – não citado no livro –, sobre a constituição de “uma ficção marrana”, já que os indivíduos não são o que pretendem ser, mas o que resultam de uma mistura, da alquimia entre a sua recusa de um determinado pressuposto de identidade e um desejo de ser outro autônomo, ao transitarem por espaços heteróclitos, espaços diferenciados e entrecruzados.

O que acontece com os moradores de favelas, como com outros jovens habitantes da cidade, é que eles são deslocados da influência das instituições até então hegemônicas e vivenciam as redes sociais, o mundo digital. Tornam-se mais descolados, no sentido primeiro da palavra, menos sujeitos às influências verticais, tanto quanto no sentido segundo, dialetal (na gíria), tornam-se descontraídos e criadores em si mesmos de uma ficção de autonomia e visibilidade. Ao criarem para si uma biografia e, ao mesmo tempo, um equilíbrio entre o que lhes foi supostamente atribuído e como querem ser reconhecidos, realizam apropriações dos vários códigos dominantes e os reinterpretam, passam a influenciar a outros horizontalmente. O que é particularmente atraente neles é a garra, a crença neste despertar para a conquista do conhecimento e a persistência no aprendizado da linguagem, como se, de antemão, entendessem que no princípio era o verbo e agora seria a imagem em movimento, captada por uma tecnologia de imediata disseminação, a determinar a sua identidade e expressão.

Se a comunidade perdida é a comunidade a ser restaurada, a “singularidade qualquer”, como escreve Agamben, a pessoa que percebe a si própria como distinta do Estado ou das instituições hegemônicas, retirada das

circunstâncias das coisas estabelecidas, ao irromper com nova linguagem ou fala, chama a si a repressão e o descontentamento. “Onde quer que estas singularidades manifestem pacificamente o seu ser comum, haverá um Tienanmen e, tarde ou cedo, surgirão tanques armados” (1993: 68), cita a autora. E parece não ser outra coisa a que presenciamos, na atual retomada das forças conservadoras no Brasil.

Angeluccia Bernardes Habert

Diretora do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio

Introdução

Neste livro apresento uma extensa reflexão sobre o audiovisual produzido por jovens moradores de favelas. Meu objetivo é enxergar nessa produção, seja ela para o cinema ou para o jornalismo, onde estão as brechas que a fazem figurar como novos caminhos para estes cineastas e repórteres comunitários. Sugiro o termo comunidades audiovisuais como espaços que rompem com os pré-conceitos que rondam as favelas e o cotidiano de seus moradores, a começar pelo uso do termo comunidade.

Existe uma tendência muito grande entre os estudos sobre favelas brasileiras de tratar esse tipo de espaço físico como comunidade. Até mesmo favelas, que hoje têm status de bairro, como é o caso da Rocinha, na Zona Sul do Rio de Janeiro, vez por outra são chamadas de comunidade. Mas o que faz da Rocinha, por exemplo, uma comunidade? Desde o início do século XIX, pensadores de diversas áreas, como a psicologia e a sociologia, se apoderaram do conceito para compreender o cotidiano dos indivíduos.

A origem da palavra comunidade vem do termo *latin communitas*, que significa comunhão, a união de valores e afetos com o objetivo de obter o bem para todos. Um dos primeiros pensadores a levantar a questão foi Ferdinand Tönnies (1855-1936), quando apresentou o conceito de comunidade em *Gemeinschaft und Gesellschaft* (Comunidade e Sociedade), obra escrita em 1887.

O que o autor definiu como *gemeinschaft* (comunidade) resultava de vínculos familiares, religiosos, laços de amizade, de lugar, ou de crenças comuns (Miranda, 1995). Para Tönnies, *Gesellschaft* (sociedade) é “um círculo de homens que, como na *Gemeinschaft*, vivem e moram em paz, uns ao lado dos outros, mas em vez de estarem essencialmente ligados estão, pelo contrário, essencialmente separados. Enquanto na *Gemeinschaft* eles permanecem ligados apesar das distinções, aqui eles permanecem distintos apesar de todos os laços” (Aldous, 1995: 115).

Para pensar o conceito, outra obra importante é a de Émile Durkheim (1858-1917), um dos pais da sociologia moderna. Ele sinalizava para a necessidade de se reescreverem as moralidades institucionais para resgatar a solidariedade entre os indivíduos. Durkheim estava pensando o coletivismo na sociedade mo-

derna e, para ele, a vida urbana, a constituição das cidades, promovia a desmoralização das instituições, uma morfologia urbana, o fim da vida comum.

Em *Da divisão do trabalho social*, o filósofo francês propõe a profusão de uma solidariedade orgânica, pela qual, como em um corpo humano, um depende do outro para sobreviver, para restabelecer a ordem social e bem-estar de todos. Na sua concepção era necessária a substituição de uma sociedade “mecânica”, aquela onde a coletividade se sobrepõe à individualidade, por uma sociedade “orgânica”, onde, na especialização do trabalho, os indivíduos são legitimados pelo grupo. O indivíduo faz parte do contexto (Durkheim, 2008).

Ao longo de dois séculos o termo ganhou novas análises em áreas de estudo como a psicologia, a filosofia, a sociologia, a antropologia e a comunicação. Como diagnosticou Raquel Paiva, “há um misto de polêmica, equívocos e descaso quanto à propriedade do conceito de comunidade” (Paiva, 2003: 68).

Dentre os estudos destacam-se, principalmente, as correntes americana e europeia. Depois de a Escola de Chicago identificar, no fim do século XIX, “na luta pela existência e na competição pelo espaço a força da união entre os membros da comunidade” (ibidem: 74), Benedict Anderson se apoderou do conceito para pensar o nacionalismo norte-americano e elaborou a concepção de nação como uma “comunidade imaginada” (2008). Ao pensar o movimento político provocado pelo capitalismo, Anderson trata de questões que atravessam o cotidiano da vida em comum. Para o cientista político estadunidense, o romance e o jornal, por exemplo, funcionam como “meios técnicos para ‘re-presentar’ o tipo de comunidade imaginada correspondente à nação” (Anderson, 2008: 55).

Essa é uma concepção que não pode ser deixada de lado quando um dos estudos de caso que apresento neste livro é um produto da indústria jornalística, que pode estar atendendo a um projeto romântico de transpor para o grande público as favelas como um organismo homogêneo. Há quem imagine que todos os moradores de uma favela se conhecem, que todos têm o mesmo poder aquisitivo, que todos gostam dos mesmos gêneros musicais e por aí vai. Há ainda aqueles que blasfemam que “na favela só tem bandido”.

Na verdade, qualquer comunidade maior que uma aldeia primordial do contato face a face (e talvez mesmo ela) é imaginada. As comunidades se distinguem não por sua falsidade/autenticidade, mas pelo estilo em que são imaginadas. (Anderson, 2008: 33)

Em sua obra *Comunidade – A busca por segurança no mundo atual*, o sociólogo polonês Zygmunt Bauman diz que essa “comunidade imaginada” não é real. Assim também essa favela na versão romântica, onde todos se conhecem e se

protegem de forma solidária, não pode ser real. A favela como uma junção de indivíduos que têm os mesmos credos, as mesmas ambições é irreal. Bauman trabalha com a ideia desse tipo de comunidade perfeita como um “outro nome para paraíso perdido” (2003: 9), e que está muito distante do alcance dos homens e mulheres da contemporaneidade. Alguns anos depois, em *Vida líquida*, o teórico atrela o individualismo ao fim da função reguladora da comunidade, justamente porque desintegra os “vínculos sociais que amarrava com força a totalidade das atividades da vida” (Bauman, 2007: 31).

Apesar de sinalizar para uma liberdade de escolha promovida pelo individualismo desapegado de um espírito comunitário, o sociólogo polonês alerta que a individualidade de fato e de direito “não significa que a sorte dos excluídos nada tenha a ver com a condição dos sortudos que conseguiram evitar esses destinos” (ibidem: 35). Essa posição de Bauman remete ao que ele chama de uma “comunidade realmente existente”, que seria calcada na obediência e na automática ruptura com a liberdade.

A partir dos anos 1980, uma corrente europeia de pensadores deslocou o vínculo do debate, até então ancorado na substância comum, para o nada em comum da existência humana. O indivíduo deixa de ser o sujeito da comunidade e a comunidade passa a ser o sujeito. No prefácio de *O retorno da comunidade*, Muniz Sodré crê que a palavra comunidade foi vinculada a ideologias radicais: “a modernidade liberal mais recente colou rótulos muito negativos, que variam da passada *Volksgemeinschaft* nazista até a atual *djamaa* dos fundamentalistas islâmicos” (Sodré, in Paiva, 2007: 7). A observação é pertinente. Para um dos maiores cientistas sociais da contemporaneidade, o filósofo e teórico crítico esloveno Slavoj Žižek, o fascismo distorce e incorpora a aspiração à comunidade e solidariedade como forma de manter a exploração.

É claro que a ideologia fascista “manipula” a aspiração popular à verdadeira comunidade e solidariedade social contra a concorrência feroz e a exploração; é claro que “distorce” a expressão dessa aspiração no intuito de legitimar a manutenção de relações de dominação e exploração sociais. Entretanto, para conseguir realizar a distorção dessa aspiração autêntica, precisa primeiro incorporá-la... (Žižek, 2005: 13)

Žižek recorre ao exemplo do fascismo para elaborar sua tese. Para ele, a concepção da inclusão da aspiração à comunidade autêntica é uma forma de legitimar a dinâmica da exploração capitalista. Seu pensamento está atrelado “à distinção freudiana entre o pensamento-sonho latente e o desejo inconsciente expresso em sonho” (ibidem). O interessante é que, no momento em que ecoam percepções como esta de Žižek, Sodré chama a atenção para a im-

portância de reinterpretar o conceito de comunidade em que as questões se voltam para as singularidades dos sujeitos e suas posições. Ele destaca, entre outras, as concepções do francês Jean-Luc Nancy e dos italianos Roberto Esposito e Giorgio Agamben.

Nancy faz parte de um grupo de pensadores franceses que desejam trazer de volta ao debate o ideal político da comunidade. O filósofo problematiza a ontologia do ser, não mais constituído pela lógica da psique, mas pela lógica do corpo, da liberdade. Para Nancy, estar em comunidade não é sinônimo de divisão, partilha, assim como o ser-com de Heidegger (1889 – 1976). “O nada não é oposto indeterminado do existente, mas se revela como componente do ser existente” (Heidegger, in Japiassú e Marcondes, 1996: 191). O ser em Nancy é constituído da singularidade-e-pluralidade da existência. Para ele, o nada em comum, que está como pano de fundo nas relações, é que possibilita a existência dos homens.

“Ser” é cada vez mais sobre a relação de sua distribuição. “Ser” é cada vez mais, após o seu nascimento – seu dom original, a sua liberdade. “Ser” é o presente que compartilhamos estar. Estar em comum, portanto, revela: que ser “é” singularidade que ser plural (e / ou vice-versa: a pluralidade sendo que solteiros). Ser você mesmo é ser plural singular (comunidade). (...). Essa sensação de ser = estar, significa que a estadia do estar (e sua ontologia) é a comunidade. Ser você mesmo é já estar com o outro, não porque eu sou um que não é. (Nancy, 2000: 5. Trad. livre da autora)¹

O termo *désouvrée*, adotado por Nancy, indica uma “comunidade inoperante”, desorientada, desmobilizada, que não pode mais ser constituída por identidades fixas. Essa comunidade, no entanto, comporta a vida em comum daquelas tidas como diferenças, seja de raça, religião, gênero, etc.

O pensamento de Nancy se alastra e, no mesmo ano, na França, o escritor Maurice Blanchot (1907 – 2003) apresenta a sua *Communauté inavouable*, que “implica em uma incomunicabilidade no seu devir da comunidade, o que a caracteriza como inacabamento e insuficiência” (Ramos: 2).²

1 «Ser» es cada vez en la relación de su reparto. «Ser» es cada vez el parto de su singularidad — su don, su libertad. «Ser» es el don que compartimos al estar. Estar en común revela, pues, lo siguiente: que el ser «es» la singularidad que el estar pluraliza (y/o viceversa: la pluralidad que el estar singulariza). El ser mismo es estar singular plural (comunidad). (...). Que el sentido del ser = estar, significa que la estancia del estar (y de su ontología) es la comunidad. Estar consigo mismo es ya estar con otro, no porque yo sea otro que el que está, no. (Nancy, 2000: 5).

2 Disponível em: http://www.ufrj.br/graduacao/prodocencia/publicacoes/etica-alteridade/artigos/Pedro_Hussak.pdf. Acessado em: 15 de novembro de 2014.

Nos anos 1990 o pensamento de Nancy chega à Itália e inspira os filósofos Roberto Esposito e Giorgio Agamben. Esposito faz uma reflexão sobre o impolítico, e em seguida sobre o destino da comunidade como conceito escatológico: “a comunidade é uma origem e é um destino, no sentido de que constitui um ponto desalinhado, um ponto além do horizonte, que nos ajuda a definir os limites de cada representação política” (Tarizzo, in Paiva, 2007: 52). Em outras palavras, com ela, tudo se torna impolítico. A comunidade não se enquadra, portanto, nas categorias de política praticadas na atualidade, como Nação, Estados, partidos políticos, etc.

A comunidade é apenas um confim e um trânsito entre esta imensa devastação de sentido e a necessidade de que cada singularidade, cada evento, cada fragmento de existência seja em si mesmo sensato. Ela se reporta ao caráter singular e plural, de uma existência livre de todo sentido pressuposto, ou imposto ou pós-posto. De um mundo reduzido a si mesmo – capaz de ser simplesmente aquilo que é: um mundo planetário, sem direções nem pontos cardeais. Um nada-além-do-mundo. É este nada em comum que é o mundo prestes a nos comunalizar na condição de expostos à mais dura ausência de sentido e, contemporaneamente, à abertura de um sentido ainda impensado. (Esposito, 2003: 30)

Esposito traz, com seu pensamento, a compreensão de comunidade como o fim da identidade subjetiva, posto pelo limite das representações individuais frente ao grupo. Uma condição escatológica herdada de Kant³ por Esposito, que influenciará Agamben a pensar em uma “comunidade que vem”, uma comunidade que não dispõe de identidade própria, mas de diversas singularidades. Agamben fala de um ser qualquer, que está ligado à potência do não-ser.

A singularidade qualquer, que quer apropriar-se da própria pertença, do seu próprio ser-na-linguagem, e declina, por isso, toda identidade e toda condição de pertença, é o principal inimigo do Estado. Onde quer que estas singularidades manifestem pacificamente o seu ser comum, haverá um Tienanmen e, tarde ou cedo, surgirão tanques armados. (Agamben, 1993: 68)

A pertença sugerida por Agamben é cunhada na “potência de não ser (*dynamis me einai*)” do “ser qualquer”. Para ele, o ser qualquer não é nem individual, nem universal: “o ser que vem é um ser qualquer” e não tem sua história

3 Kant, assim como Pascal, reduz a noção de escatologia, que implica fim da humanidade, crença em uma vida futura, para a questão: “para onde vamos?” (Japiassú e Marcondes, 1996: 86).

predeterminada de acordo com as substâncias comuns que o colocam como pertencente à comunidade em que vive. Essa comunidade que vem rompe com esta simetria essencial entre *arché* e *télos*, entre origem e destino. A não-potência está na passagem do ato e não no ato em si.

Esse pensamento de Agamben é próximo à hipótese que cerca todos os estudos apresentados aqui neste livro: a de que os jovens moradores de favelas, ao produzirem vídeos com o apoio e referência de instituições de ensino e organizações não governamentais cuja gestão é feita por profissionais do cinema ou, ainda, reportagens para um canal de TV aberta com o suporte técnico de jornalistas profissionais, contribuem para esta “comunidade que vem” como um “ser qualquer”, que absorve e entrega suas singularidades tanto para aqueles que estão com eles vivendo na favela quanto para os que moram no asfalto.

Dando seguimento a essa corrente de pensamento, em *As estratégias sensíveis – Afeto, mídia e política* (2006), Muniz Sodré propõe um outro olhar sobre a singularidade que, segundo ele, está inserido na comunidade como comunalidade, vínculo. “O singular não é o individual, nem o grupal, mas o sentido em potência – portanto, é um afeto, isento de representação e sem atribuição de predicados a sujeitos – que irrompe num aqui e agora, fora da medida (*ratio*) limitativa” (Sodré, 2006: 11). Sodré está atento às estratégias comunicacionais e aposta na vinculação não apenas como interação, mas como inserção social do sujeito.

Esse é o pensamento que compartilho e espero aprofundar neste livro, que é fruto de seis anos de pesquisa sobre a produção audiovisual de jovens moradores de favelas. Uma investigação que nasceu quando conheci o trabalho de Anderson Quack, um jovem funcionário do corpo técnico da PUC-Rio, que me socorria todas as vezes que o equipamento de projeção multimídia apresentava problemas. Sempre que vinha, ficava ouvindo um pouco da aula – na época, eu lecionava Comunicação em TV e Quack era professor do Núcleo de Audiovisual da Cufa/Cidade de Deus (CDD). Ele havia acabado de terminar um vídeo com uma turma, chamado *Tente outra vez*, e um dia me deu uma cópia para assistir. O documentário apresentava a relação de jovens moradores da CDD com o audiovisual, e trazia um misto de ficção e realidade que tinha como pano de fundo o cotidiano da comunidade e as aspirações de cada participante.

É preciso dizer que, quando parti para a elaboração de uma reflexão sobre a inclusão pelo audiovisual, foi impossível ignorar a minha vivência de olhares e técnicas. Como ensina Bakhtin, “a contemplação estética e o ato ético não podem abstrair a singularidade concreta do lugar que o sujeito desse ato e da

contemplação artística ocupa na existência” (Bakhtin, 2010: 22). Depois de 20 anos trabalhando como repórter e editora de televisão, e outros 14 como professora do Departamento de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), algumas concepções em torno do audiovisual precisaram ser colocadas de lado, para que um outro olhar pudesse visitar os vídeos e as reportagens produzidos pelos jovens moradores das favelas do Rio de Janeiro.

Procurei estabelecer um olhar que mesclasse o conhecimento técnico e a vivência como repórter convencional com os anos dedicados a pesquisas na comunicação comunitária e, ainda, a participação como professora em oficinas de capacitação em jornalismo impresso, rádio e televisão para comunidades do Rio de Janeiro. O resultado está dividido em duas partes: uma que trata do documentário em cinema e outra, das reportagens dos telejornais, mostrando o uso do audiovisual como narrativa sobre favelas.